

# QUEM SOMOS, PARA ONDE VAMOS?

Eng. Agr. E de Seg. Trab. Nelton Luiz Baú

Assessor da Presidência do CREA-SC

[bau@crea-sc.org.br](mailto:bau@crea-sc.org.br)

Os profissionais da Engenharia no Brasil sofrem com a falta de respeito das autoridades e também dos próprios colegas. Enquanto alguns tentam fazer da engenharia uma profissão de referência, outros dão pouca importância para as profissões da área tecnológica, que querendo ou não são a base de todo o desenvolvimento sócio econômico do país.

Universidades abrem cursos desordenadamente, inventando títulos sem respeitar a listagem de profissões pré-determinadas pelo MEC e sem se importar com quem dará as atribuições para estes “novos” profissionais. Isso ocorre no País a todo momento, inclusive por Instituições de Ensino Superior com estrutura física e docente que deixam muito a desejar.

Enquanto outros Conselhos como o da classe médica e jurídica lutam para impor respeito às suas profissões, me parece que o nosso sistema deixa os problemas livres por trilhos sem destino. Esquecemos muitas vezes que o exercício profissional assume um caráter público, tornando-se objeto de fiscalização do Estado. Tal papel vem sendo realizado pelos Conselhos profissionais quando coíbem o exercício ilegal, mas muitas vezes são ceifados por decisões judiciais que simplesmente interpretam de forma equivocada pedidos absurdos, concedendo, a alguns profissionais, atribuições por terem na sua grade curricular apenas uma disciplina de um determinado assunto, sem a análise do conteúdo e carga horária mínima necessária.

Atualmente temos registrados trezentos e sete títulos no sistema Confea/Creas, incluindo os de nível médio, nível tecnológico e superior pleno, onde estão todas as engenharias,

a agronomia que também é uma engenharia, a geologia, a meteorologia, a geografia entre outras, e como se não bastasse novos títulos são consultados todos os dias pelo país.

Seria uma necessidade no Brasil as escolas inventarem mais títulos profissionais ou colocarem no mercado “meio” engenheiro ou profissionais com conhecimento limitado? Ou apenas uma maneira dos especuladores do ensino ganharem dinheiro fácil, criando novos cursos, implantados com mínimas condições de estrutura, tanto humana quanto técnica e operacional, sem sequer um projeto pedagógico que busque uma necessidade real de mercado?

Isto sem considerar que muitos desses cursos são ofertados somente no período noturno ou ainda à distância. Mas o que parece importar é ter um título de “engenharia”.

Isso tudo me faz pensar: Quem realmente somos e para onde vamos?!

Meu Deus, se a oferta destes “cursos” tem o objetivo de oportunizar aos que trabalham o dia todo um título de engenharia, temos que ressaltar que a responsabilidade desses futuros engenheiros ou outros profissionais do nosso sistema é muito mais do que simplesmente entregar uma ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, para regularizar pedidos de órgãos como Prefeitura, Corpo de Bombeiros, ou do próprio Crea, entre outros.

É, principalmente, a responsabilidade de garantir à sociedade serviços de qualidade, eficientes, corretos, sustentáveis, fazendo disso uma base forte para o desenvolvimento do Brasil, seja na agricultura, na indústria ou na prestação de serviços, missão esta, que somente os profissionais oriundos das boas Instituições de Ensino podem cumprir com fidelidade. Uma sociedade evolui somente a partir da capacidade de repensar suas regras, valores e códigos de conduta.

Ainda refletindo sobre o destino de nossa categoria

profissional, me pergunto todos os dias o que fazemos para impor-nos mais respeito. Vejo discussões internas no sistema, na maior parte das vezes atritos entre as Câmaras Especializadas, que na verdade brigam por resguardar mercado de trabalho, esquecendo que outras profissões fora do sistema estão realizando projetos e serviços pertinentes aos nossos profissionais.

Vejo ainda o Confea aprovando novas Resoluções sem deixar claro o que cada profissional realmente poderá realizar, ou então, levar adiante boas ideias, mas sem saber como executá-las, como é o caso da Resolução 1010, que agora está sendo reanalisada por todos e, provavelmente, deverá apenas mudar de número.

Temos um Código de Ética a ser seguido, mas que nem sempre nossos profissionais respeitam. O que aconteceu com os responsáveis por construções que caíram e continuam desabando por aí? De lavouras com carga excessiva de agrotóxicos cujos alimentos inevitavelmente irão para nossas mesas?

Vejo denúncias do Ministério Público de projetos ambientais mal feitos, muitas vezes coniventes com o interesse de alguns órgãos, lesando a sociedade e o meio ambiente em geral. Vejo trabalhadores sendo mutilados, ou tendo sua saúde e integridade física prejudicada e muitos empregadores relutando para cumprir com a legislação trabalhista.

Vejo profissionais que antes não tinham atribuição para realizar algumas obras e serviços e hoje o fazem na maior liberdade possível, como alguns arquitetos que chegam ao cúmulo de dizer que podem ser responsáveis técnicos por uma serraria, e o que é pior, a justiça autorizar, inclusive aos profissionais de nosso sistema, a elaboração e execução de obras e serviços para os quais que não têm atribuição.

Diante desse triste cenário novamente me pergunto: será que nossos filhos vão viver numa sociedade mais organizada um dia?

Será que não devemos buscar respostas para tantos absurdos, unindo forças entre o Ministério da Educação e o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia? Precisamos realmente importar engenheiros de outros países, ou será que pelos motivos já citados, nossas escolas são de fato incompetentes para dar ao país os profissionais necessários? Onde vão trabalhar os milhares de engenheiros que saem das escolas brasileiras todos os anos?

**Se os Conselhos profissionais devem legitimar e desempenhar papel relevante no avanço técnico das profissões, punindo exemplarmente erros e condutas antiéticas, bem como verificando a responsabilidade técnica profissional, como devemos nos impor para ratificar nossa efetiva contribuição à sociedade?**

Para conseguir ter controle da situação, alguns Conselhos realizam o exame de ordem. Seria este também um caminho a ser seguido pelo nosso sistema? O que faremos então? Temos a oportunidade de tentar mudar nossa realidade através do Congresso Nacional de Profissionais, cujo tema é exatamente a Lei 5.194/66 que regula o exercício de nossas profissões. Quiçá possamos aproveitar a oportunidade de rever algumas situações já ultrapassadas, alterando de forma inteligente nossa legislação.

Por tudo isso, vejo que o governo federal está aceitando que os cursos liberados por aí são realmente deficientes e que precisamos mais do nunca valorizar as nossas profissões, não permitindo mais ouvir a mídia dizer que faltam profissionais da área tecnológica “devidamente capacitados” no país. Creio que a origem deste problema está no ensino médio, que prepara nossos jovens de forma inadequada para demanda de ensino das ciências exatas e da terra. Talvez isso explique a grande evasão dos cursos de engenharia logo nos primeiros semestres.

Saídas existem. Se por um lado temos escolas deficientes, temos também escolas que são referência mundial, dando à

engenharia brasileira muito respeito lá fora. Mas o que queremos mesmo é que todos os nossos profissionais brasileiros possam dizer com orgulho: EU SOU ENGENHEIRO!